

JUSTIÇA

Presidente do Supremo elogia castigos

JUSTIÇA • Investigações a magistrados que desrespeitaram deveres devem continuar

HUGO RAINHO/ROGÉRIO CHAMBEL

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) agradeceu ontem o trabalho dos juizes responsáveis pelas investigações e sanções a colegas que desrespeitaram os “deveres funcionais a que estão adstritos”, mas sem identificar casos concretos.

Nesta tarefa, realçou Henrique Araújo, “o Conselho Superior de Magistratura tem contado com a total disponibilidade de Juizes Conselheiros Jubilados que, prescindindo da tranquilidade do estatuto da

jubilção, têm instruído processos de averiguações e disciplinares relacionados com situações funcionais complexas de grande impacto público”. O presidente do STJ apelou aos colegas para que “continuem na infatigável tarefa de dignificação da Justiça portuguesa”.

O presidente do STJ, que discursou na abertura do XV Encontro do Conselho Superior de Magistratura, defendeu, noutro ponto, que os julgamentos à distância não podem ser regra. “Não podemos querer uma Justiça com tribunais



Henrique Araújo, presidente do Supremo Tribunal de Justiça

transformados em locais ermos, ocupados por máquinas”, disse. “É nos tribunais, espaços físicos, que se faz a Justiça. A presença de um juiz no tribunal transmite confiança e segurança aos cidadãos”, sub-

linhou. Quanto às audiências de julgamento em particular, Henrique Araújo apontou que sem a interação pessoal, direta e imediata dos intervenientes, “é difícil atingir uma decisão justa.” ●

Governante pede equilíbrio no uso das novas tecnologias

■ O secretário de Estado Adjunto e da Justiça defende a necessidade de equilíbrios no uso das novas tecnologias na Justiça, para não se colocar em causa o “Estado de Direito”. “A nível jurídico e ético, é imperioso que o legislador e os poderes públicos ponderem todas as implicações e consequências associadas à incontornável introdução de instrumentos de inteligência artificial na área da Justiça”, advertiu Mário Belo Morgado, à margem do encontro dos magistrados. ●



Mário Belo Morgado, secretário de Estado Adjunto e da Justiça